

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Secretário da Receita é alvo de 'moção de desconfiança' 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf veda IRPF sobre garantia prevista em contrato de aquisição de empresa 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para sair do imbróglio - RAUL VELLOSO 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Falta de pagamento de perícias no INSS paralisa processos 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Novo presidente quer acabar com fila de espera até julho 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Um governo que não faz o mínimo (Editorial) 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo fecham com superávit de R\$ 28,1 bi em outubro 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Uma PEC oportunista que lembra a ditadura - PEDRO CAFARDO 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo envia proposta para regulamentar lobby dia 9 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ vota, hoje, a controversa PEC 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que reforma do IR fica para 2022 e defende PEC 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O que a inflação tem a ver com a política? (Artigo) 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida pública ficará acima de nível pré-Covid por ao menos dez anos 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alemanha tem planos verdes para o governo 21

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Carta ao próximo presidente - LEO AVERSA 23

Terça-Feira, 30 de Novembro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aos 80, Vale define plano de negócios e metas sociais..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação no limite em 2022..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inadimplência bate recorde..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Turismo começa a sofrer com nova variante - MERCADO S/A..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Auxílio Brasil ampliado pela Câmara custa mais R\$ 10 bilhões para governo..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economia global deve driblar ômicron, afirmam analistas..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PEC dos Precatórios deve passar por comissão, mas faltam votos no plenário..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em 2022, a alta de preços deve emendar 2º ano acima da meta do BC, prevê mercado..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Meteoros em série..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Focus: mercado já projeta inflação de 5% em 2022, o teto da meta..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

STF libera concurso em cidades e Estados em recuperação fiscal..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Orgão vê dívida em 2030 em ritmo similar ao pré-pandemia..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Para prosperar, Brasil deve investir na educação básica (Artigo)..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Crise cria legiões de "novos pobres" no país..... 41

O GLOBO - RJ - MUNDO
COMUNICADO

Barreiras anti-ômicron..... 42

Secretário da Receita é alvo de 'moção de desconfiança'

FabioGraner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Carf veda IRPF sobre garantia prevista em contrato de aquisição de empresa

Joice Bacelo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Para sair do imbróglio - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O país aprovou uma emenda constitucional sem muita discussão, há algum tempo, determinando que o gasto federal não aumentasse acima de uma taxa-teto igual à **inflação** decorrida, caso contrário perderíamos o controle da **inflação** e a possibilidade de retomar um crescimento do **PIB** minimamente adequado. Só que, agora, estamos na iminência de romper com tal compromisso, no meio de uma confusa discussão que envolve fatores outros como o custo da melhor reação à pandemia para os mais carentes, o enfrentamento de outras e relevantes pressões sobre os gastos federais como a relacionada com precatórios judiciais, e a própria mistura de tudo isso com o iminente debate sucessório.

Evitando as partes mais polêmicas, o fato é que, certo ou errado, o teto se tornou algo simplesmente inviável. A pauta de gastos na esfera federal está de tal forma concentrada em despesas obrigatórias (que, por sua prioridade, foram criadas por alguma legislação específica muito difícil de alterar), que, em apenas cinco anos de execução, o teto já quase fez evaporar os gastos não-obrigatórios ou discricionários, únicos que vinham se ajustando, tendo conseguido muito pouco no ajuste dos primeiros. Dado que itens importantes como os investimentos em infraestrutura estão incluídos nos discricionários, é óbvio que o governo não pode continuar investindo quase zero em infraestrutura. Deve-se registrar que o setor público como um todo costumava investir 5% do **PIB** em infraestrutura no início dos anos oitenta; em 2018 investimos ali apenas 0,7% do **PIB**, enquanto o setor privado investia em média não mais que 1,1% do **PIB** o tempo todo. Como vamos crescer sem ampliar a infraestrutura?

Voltando aos gastos obrigatórios, seu crescimento veio, principalmente, por conta das novas prioridades constitucionais sob a reforma de 1988. Graças a elas, criamos uma "grande folha de pagamento", contendo benefícios assistenciais e subsidiados, seja no **INSS**, seja sob a supervisão de outros órgãos, muitos dos quais antes não existiam, refletindo a nova prioridade máxima à assistência social; à previdência contributiva inclusive **servidores públicos**; e a pessoal em atividade. Estimo que esse grande item tenha passado de 39% do gasto federal total, em 1987, para 76% em 2018, atendendo a mais da metade da população. As áreas de saúde e educação mantiveram seus pesos pré-1988: 8 e 3%, respectivamente. Assim, por mais que tenhamos conseguido cortar as "demais despesas

obrigatórias" em 14 pontos de porcentagem do total, os gastos obrigatórios totais terminaram aumentando de 70 para 93% entre 1987 e 2018. Como cortá-los na "grande folha" sem um grande debate, se eles são tão prioritários?

Para complicar ainda mais a atual gestão financeira, acabam de aparecer novos gastos obrigatórios expressivos para a área federal honrar, como os relacionados com precatórios judiciais? Líquidos e certos para pagar, que costumavam, até há pouco, assumir valores em torno de R\$ 25 bilhões anuais, e acabam de aparecer com previsão de desembolso de R\$ 89 bilhões em 2022. Se juntarmos essa com as demais despesas citadas no primeiro parágrafo que ganharam destaque ultimamente, fica claro que não apenas a exigência do teto dos gastos perdeu completamente seu sentido original imaginado um tempo atrás, como se amontoaram novas razões para descartá-lo como solução relevante.

Para jogar ainda mais lenha na fogueira acima citada, cabe perguntar: e se chegarmos à conclusão de que, no Brasil dos últimos anos, com economia crescendo, em média, a apenas 0,2% ao ano nas duas últimas décadas, é possível que aumentemos os gastos para além do teto sem qualquer efeito relevante sobre a **inflação**? É claro que os partidários do dogmatismo fiscal permanecerão defendendo o cumprimento do teto dos gastos e perguntando quanto será necessário para cobrir todas as novas despesas e de onde os recursos sairão.

Em quadro tão difícil, não vejo outra saída que não seja financiar as novas e relevantes demandas por recursos públicos via emissão de dívida pública devidamente autorizada em lei, para pagar a parcela dos novos compromissos considerada efetivamente essencial, e depois decidir junto ao mercado e ao Banco Central que parcela desses papéis deverá ser monetizada, evitando pressões adicionais indesejáveis sobre as taxas de juros, como os americanos fizeram em sua crise de 2008. E, é claro, tudo isso sem medo de os novos gastos pressionarem preços, pois a economia, há muito (cerca de 20 anos), está com crescimento médio praticamente zerado. Depois, ver-se-á o que fazer.

Para concluir, a saída é enterrar o teto sem alarde, substituindo-o pela aprovação de outra emenda constitucional que estabeleça um limite de endividamento público para a União, a exemplo do que existe nos Estados Unidos. Esse limite seria fixado

inicialmente com folga suficiente para promovermos uma discussão sobre a estrutura do gasto federal acima indicada em tempo razoável e suas ramificações para os orçamentos estaduais e municipais, assunto de que tratarei na minha próxima coluna.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para sair do imbróglio

Falta de pagamento de perícias no INSS paralisa processos



Cristiane Gercina

Uma trava legal está fazendo com que segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que buscaram a Justiça para conseguir benefícios por incapacidade, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, sigam sem resposta para seus pedidos. O motivo é a falta de pagamento das perícias médicas judiciais, o que mantém processos suspensos em todo o país.

De acordo com a lei 13.876, de 2019, o pagamento das perícias médicas judiciais em processos de benefícios por incapacidade nos quais o **INSS** é parte deveria ser feito pelo Executivo por até dois anos, ou seja, até 2021. O prazo venceu em setembro e, desde então, não está ocorrendo pagamento dos médicos para que exames periciais sejam feitos.

Procurados, **INSS** e Ministério da Economia não responderam até a publicação desta reportagem.

A perícia é necessária para determinar a incapacidade do segurado para o trabalho, seja ela temporária, seja permanente.

Nos casos de auxílio-doença previdenciário e de aposentadoria por invalidez, o exame é feito na Justiça Federal. Já nos casos em que o benefício é considerado acidentário, ou seja, proveniente de acidente ou doença do trabalho, a ação corre na Justiça Estadual. Desde 23 de setembro, não há liberação de verba em nenhuma das esferas judiciais.

Segundo Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), como não há orçamento, os juizes estão sobrestando as perícias, à espera de uma solução para o caso. "A Justiça Federal não tem dinheiro para pagar, pois não

ficou definido de onde vai sair esse dinheiro. As perícias estão paradas, aguardando uma decisão", diz ela.

A advogada Lais dos Santos, do escritório Patrícia Santos Advocacia, afirma que há casos nos quais os peritos estão fazendo os exames, mesmo sem previsão de receber, com a certeza de que terão o pagamento assim que a situação for resolvida. "Como há essa brecha da lei, a Justiça está indo por dois caminhos, ou os processos estão sendo suspensos, ou há casos em que a perícia segue sendo feita mesmo sem um prazo real de recebimento." O presidente do Iprevid (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Roberto de Carvalho Santos, diz que há ainda casos de segurados que, quando podem, pagam a própria perícia, mas isso é raro, já que a maioria que busca a Justiça está sem trabalho e sem renda e o exame custa entre R\$ 300 e R\$370.

O secretário do Tesouro, Paulo Valle, afirmou que, se houver demanda para o pagamento de perícias, o governo vai analisar e ajustar. "Dentro da programação orçamentária, existe um espaço de crédito adicional para despesas com Previdência em geral."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11047514>

Novo presidente quer acabar com fila de espera até julho

Thiago Resende

O novo presidente do **INSS**, José Carlos Oliveira, traçou um plano para tentar acabar com a fila de espera por benefícios da Previdência até julho de 2022. Oliveira trabalhou desde abril com o antecessor, Leonardo Rolim, nas medidas para solucionar o problema.

A estratégia é ampliar a análise automática dos pedidos de aposentadorias -sem a necessidade de aval de um servidor.

Outro item do plano é acelerar a avaliação das condições sociais e físicas de quem pede o BPC (benefício assistencial) para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência). O plano é que a análise do perfil social também seja feita remotamente.

Hoje, o **INSS** tem cerca de 1,8 milhão de processos a serem analisados, sendo que 500 mil são requerimentos de BPC.

O prazo para análise desses pedidos é de 45 dias. Do volume total, cerca de 900 mil estão dentro desse prazo e a outra metade está com atraso superior a esse período.

O governo afirma que cerca de 900 mil processos é a média mensal de entrada de requerimentos. Portanto, zerar a fila significa ter 900 mil pedidos a serem analisados -dentro do prazo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11047514>

Um governo que não faz o mínimo (Editorial)

Enquanto bilhões de reais são consumidos no toma lá dá cá do Executivo com o Centrão, falta dinheiro para perícias médicas de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Sem aprovação médica, trabalhadores acidentados ficam impedidos de receber ou continuar recebendo auxílio oficial - para muitos, condição de sobrevivência. A falta de recursos para perícias é mais uma evidência do desgoverno do presidente Jair Bolsonaro, líder de uma equipe incapaz, a poucas semanas do Natal, de indicar como será o Orçamento federal destinado à execução em 2022.

Essa incompetência se manifesta tanto na programação anual, embutida no projeto orçamentário, quanto na condução das funções no dia a dia.

Ajudar trabalhadores incapacitados, seja o problema temporário ou permanente, é função essencial, inadiável e contínua de qualquer governo de verdade.

No Brasil, as verbas previstas para esse trabalho se esgotaram há meses, segundo explicação fornecida a partir de outubro por procuradores ligados ao **INSS**. Mas a carência financeira é apenas um aspecto do tropeço administrativo.

Não há dinheiro nem acordo, entre Executivo e Judiciário, sobre o Poder responsável pelo pagamento de honorários aos peritos. Além disso, recursos adicionais, segundo o **INSS**, dependem do Congresso. Enquanto se alonga o impasse, recorre-se ao improvisado. Alguns peritos médicos têm concordado em trabalhar com pagamento adiado, mas a incerteza, nesse caso excessiva, é perigosa para quem presta o serviço.

"Fico sem saber como vou pagar minhas contas", disse uma profissional citada pelo Estado.

Emperrada na execução das tarefas cotidianas, a equipe federal mostra-se desorientada também quando é preciso fixar rumos, etapas e prazos para o ano seguinte. Essa incapacidade ficou muito clara na elaboração do Orçamento de 2021. Em agosto de 2020, a equipe econômica programou as finanças do ano seguinte como se a pandemia e seus efeitos fossem terminar em dezembro.

Em janeiro, milhões de famílias afundaram na miséria,

sem o auxílio emergencial, e só voltaram a ser socorridas em abril. Também a tramitação da proposta orçamentária foi mal acompanhada, e o projeto só foi aprovado neste ano, com quatro meses de atraso e muitos favores concedidos ao Centrão.

O poder do Centrão sobre o Executivo cresceu em 2021. A ocupação da chefia da Casa Civil pelo senador Ciro Nogueira é parte desse fortalecimento. O apoio parlamentar ao presidente Jair Bolsonaro tornou-se mais custoso e cada vez menos compatível com os bons padrões de administração das finanças públicas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, encenou alguma resistência, mas acabou sujeitando sua atuação aos interesses particulares do presidente da República e, por extensão, às imposições dos apoiadores de Bolsonaro, reunidos no chamado Centrão.

Predominaram nesse jogo exigências e padrões incompatíveis com a responsabilidade fiscal. Disso resultaram manobras para contornar ou, mais precisamente, para furar o teto de gastos.

Para atender o presidente e seus apoiadores, as finanças federais terão de acomodar, em 2022, maiores gastos sociais, destinados a conquistar votos para Bolsonaro, enormes emendas parlamentares e, é claro, os chamados gastos obrigatórios, como salários dos servidores e pagamentos previdenciários.

Para abrir espaço, o Executivo decidiu reescalonar o pagamento de precatórios, dívidas confirmadas pela Justiça.

O plano inclui, portanto, uma tentativa de calote em credores do Tesouro, por meio de novo atraso dos pagamentos.

Todo esse bolo depende da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição, a chamada PEC dos Precatórios, também conhecida como PEC do Calote. A poucas semanas do réveillon, o Executivo continua sem um projeto efetivo de Orçamento para 2022, à espera da aprovação de um pacote incompatível com quaisquer princípios saudáveis de gestão financeira. A incompetência exibida no caso das perícias do **INSS** é apenas um modesto detalhe desse quadro geral, e muito mais amplo, de desgoverno nacional.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas do governo fecham com superávit de R\$ 28,1 bi em outubro

EDUARDO RODRIGUES THAÍS BARCELLOS

Com forte crescimento na arrecadação de **tributos** federais, as contas do governo central registraram superávit primário (quando a receita supera o pagamento de despesas) de R\$ 28,195 bilhões em outubro. O resultado veio na sequência do superávit de setembro, que ficou em R\$ 303 milhões.

O saldo em outubro, reunindo as contas do Tesouro Nacional, da **Previdência Social** e do Banco Central (BC), foi o melhor para o mês desde 2016, quando houve superávit de R\$ 51,756 bilhões. Em outubro de 2020, o resultado havia sido negativo em R\$ 3,419 bilhões.

Os números das contas públicas têm sido influenciados pela arrecadação, que vem batendo recordes como resultado da retomada da atividade, do efeito do aumento da **inflação** sobre a receita nominal e também do pagamento de parcelas de **tributos** que foram suspensas no ano passado, ainda na esteira das medidas para amenizar o impacto econômico da pandemia de covid-19.

DÉFICIT. Nos dez primeiros meses do ano, o resultado primário registrou déficit de R\$ 53,404 bilhões, o melhor resultado desde 2015 - já considerando valores corrigidos pela **inflação**. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado ficou negativo em R\$ 680,865 bilhões, em razão dos gastos para enfrentar a pandemia de covid-19.

Em outubro, as receitas tiveram alta real de 7,6% em relação a igual mês do ano passado.

No acumulado do ano, houve crescimento de 23,5%. Já as despesas caíram 15,4% em outubro, já descontada a **inflação**.

No acumulado de 2021, a variação foi negativa em 25,0%.

Em 12 meses até outubro, o governo central acumula um déficit de R\$ 123,2 bilhões - equivalente a 1,4% do **PIB**. A meta fiscal para este ano admite um déficit de até R\$ 247,118 bilhões nas contas do governo central, mas a equipe econômica espera fechar o ano com um rombo de R\$ 95,822 bilhões.

REVISÃO. Com um resultado primário bem melhor do que o previsto no começo do ano, o Tesouro Nacional revisou ontem todas as projeções para a dívida bruta do governo geral e para a dívida líquida do setor público até 2030.

O relatório semestral de projeções da dívida, divulgado ontem, mostra que a estimativa para o endividamento bruto em 2021 ficou agora em 80,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**). No relatório anterior, de abril, a projeção era de 87,2% do **PIB**. Em 2020, o percentual foi de 88,8% de toda a riqueza do Brasil. Para 2022, a estimativa recuou de 86,7% para 80,1% do **PIB**. Para 2023, a projeção mudou de 87,3% para 80,2% do **PIB**. Para 2024, a estimativa foi de 88,1% para 79,9% do **PIB**.

A projeção anterior considerava um início de trajetória de redução da dívida bruta apenas a partir de 2026, chegando em 2030 com a dívida bruta ainda em 83,6% do **PIB**. Agora, o Tesouro estima que a rubrica caia neste e no próximo ano, volte a subir ligeiramente em 2023 e entre em declínio a partir de 2024, chegando a 2030 em 76,6% do **PIB**.

R\$ 53,4 bi é o déficit primário do Brasil nos primeiros 10 meses deste ano R\$ 680,8 bi era o déficit das contas públicas no mesmo período do ano passado 7,6% foi a alta real (já descontada a **inflação**) de arrecadação do governo central em outubro.

No ano, o crescimento foi de 23,5%

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uma PEC oportunista que lembra a ditadura - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Governo envia proposta para regulamentar lobby dia 9

Murillo Camarotto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

CCJ vota, hoje, a controversa PEC



Israel Medeiros

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a PEC dos Precatórios deve ser votada pelo plenário da Casa na quinta-feira. O texto será analisado, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a partir das 9h. A proposta é a aposta do governo para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400.

"Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, eu levarei imediatamente para a pauta do Senado. Acredito que na quinta-feira, após as sabinas que teremos", disse Pacheco, numa referência às reuniões, nesta semana, para avaliar indicações de autoridades.

Para tentar aprovar a PEC, o relator da proposta e líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), fez sete alterações no texto avalizado pela Câmara. A principal delas dá caráter permanente ao Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família e que estava originalmente previsto para terminar em dezembro de 2022. Esse era um pleito de parlamentares. Outra alteração é a garantia de que os recursos a serem liberados com a PEC sejam vinculados aos gastos com o Auxílio e às despesas previdenciárias ligadas ao salário mínimo.

Ao Correio, o líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE), disse que as modificações feitas no texto foram "muito incipientes". "O líder do governo está sendo receptivo, mas a equipe econômica, não. Os principais impasses são na ampliação do subteto para o pagamento dos precatórios? o calote? e a mudança do indexador", pontuou.

Já o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR)

ressaltou que as negociações estão "difíceis". "Não queremos que eles mexam na regra do teto, há uma resistência grande sobre isso. A conversa não tem avançado, vai acabar sendo decidido no voto. Só amanhã (hoje) saberemos a real situação", frisou.

Na avaliação dele, tornar o Auxílio Brasil permanente é um equívoco, já que Bezerra não indica de que forma isso será possível. "Ele não explica a fonte, deixa tudo em aberto. É mais um defeito, quebra o teto e quebra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Virou uma bagunça", disparou.

Para que o governo cumpra a promessa de pagar os R\$ 400 ainda em dezembro, a PEC precisa ser aprovada, também, em dois turnos no plenário do Senado, com o apoio de pelo menos três quintos dos parlamentares. Se ganhar o aval da Casa, terá de voltar à Câmara, já que o texto foi alterado.

Leia mais sobre PEC dos Precatórios na página 7

Reforma do IR, só ano que vem

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a decisão sobre a reforma do Imposto de Renda ficará para 2022. O governo pressionava pela aprovação da proposta para financiar o Auxílio Brasil, mas não conseguiu apoio na Casa. "Fica para o ano que vem a decisão para esse projeto da reforma do Imposto de Renda", disse o parlamentar durante evento na Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR), em Curitiba. No discurso, ele defendeu uma **reforma tributária** mais ampla e disse que há urgência na medida, mas ponderou ser necessário uma reflexão sobre o conteúdo das mudanças. O senador reforçou a aposta em aprovar o novo Refis ainda em 2021. O texto está na Câmara.

Pacheco diz que reforma do IR fica para 2022 e defende PEC

Washington Luiz e Fábio Pupo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta segunda-feira (29) que o projeto de reforma do Imposto de Renda não deve ser apreciado pela Casa neste ano. De acordo com o senador, a tendência é que o texto seja votado apenas em 2022.

Ao participar de evento promovido pela Federação do Comércio do Paraná, Pacheco ainda afirmou que a manobra encontrada para a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios é a "solução possível" para garantir recursos ao novo programa social do governo, o Auxílio Brasil. A intenção dele é votar o texto no plenário na próxima quinta-feira (2).

"O projeto do Imposto de Renda está tramitando com o senador Angelo Coronel na Comissão de Assuntos Econômicos, fazendo um debate próprio, mas não deve ser apreciado neste ano. Fica para o ano que vem", disse.

Aprovada em setembro pela Câmara dos Deputados, a proposta de reforma do IR era considerada pelo governo como uma aposta para compensar os gastos do novo auxílio. O texto, no entanto, não avançou no Senado e é considerado morto pelos senadores.

O próprio Angelo Coronel (PSD-BA), responsável pelo parecer, diz que a possibilidade de aprová-lo neste ano é remota.

A atual versão prevê, entre outras mudanças, o corte da alíquota-base de 15% para 8% do IRPJ (o governo queria redução para 12,5% em 2022 e 10% em 2023), além de corte da CSLL em até 1 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%).

Apesar de defender que haja mais tempo para discutir a reforma, Pacheco afirmou que o projeto do novo Refis, de sua autoria, precisa ser aprovado "para ontem". Ele informou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve pautá-lo nesta semana.

"A **reforma tributária** é importante, nós temos senso de urgência nela, mas ela pode ser refletida. O projeto do IR é a mesma coisa. Mas o refis tem que ser para ontem, porque ele significa a vida e a morte de uma série de CNPJs no Brasil e a gente precisa ter esse senso de urgência, que o Senado teve, que a Câmara

certamente também tem para podermos entregar isso ao setor produtivo brasileiro para salvarmos esses CNPJs, essas empresas, para que possam gerar aquilo que a gente espera que ela gere: arrecadação, riquezas, dívidas e, sobretudo, empregos", completou.

O novo Refis foi aprovado pelos senadores em agosto. A medida parcela dívidas de devedores da União em 12 anos e perdoa juros e multas em até 90%.

Pacheco ainda saiu em defesa da PEC dos Precatórios, que deve ser votada nesta terça (30) pela CAE (Comissão de Assuntos Econômico). Ele fez críticas à Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado, que tem apresentado estudos contra a iniciativa.

"Quando eu vejo a IFI, que é do Senado Federal, fazer as críticas, respeito todas elas, mas também não apresentam solução. Como a gente paga precatório, dentro do teto de gastos, com espaço fiscal para Bolsa Família? Eu quero uma resposta que seja convincente nisso, porque até agora eu não tive", questionou.

E completou: "essa [solução] que está consubstanciada na PEC é a solução que foi encontrada por todos os personagens envolvidos como a solução possível. Portanto, essa solução dos precatórios, aprovada na comissão de Constituição e Justiça, eu levarei imediatamente para a pauta do Senado Federal, acredito que na quinta-feira, após as sabatinas que nós teremos".

A PEC se tornou a principal saída encontrada pelo governo para bancar o novo programa social.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11047514>

O que a inflação tem a ver com a política? (Artigo)

Marson Cunha - Diretor da Midtown Capital Partners e membro do conselho da Brazilian-American Chamber of Commerce of Florida (BACCF)

Os últimos 24 meses, especialmente a partir de fevereiro de 2020, foram desafiadores sob diversos aspectos. Houve rupturas nas relações de confiança entre países, autoridades nacionais e multilaterais de saúde pública foram obrigadas a encontrar (e rápido) soluções para o enfrentamento de uma emergência sanitária sem precedentes e as cadeias globais de fornecimento sofreram abalos com a repentina paralisação das economias e a subsequente retomada ? o que provocou estresse de oferta e aumento de preços. Isso sem falar nos efeitos colaterais coletivos e individuais de uma pandemia, que devem deixar marcas profundas e duradouras nas sociedades.

Do ponto de vista da economia, a pauta hoje está concentrada na **inflação**. Mas, antes de analisar esse tema, vale observar alguns pontos menos óbvios das altas de preços. O primeiro envolve aspectos comportamentais ? e, como tais, menos quantitativos ? dos indivíduos que compõem governos, órgãos oficiais de saúde e empresas, pessoas que foram obrigadas a tomar decisões difíceis nos últimos dois anos. Mesmo diante de circunstâncias inéditas, informações limitadas e com baixo grau de confiabilidade, pressões familiares, problemas de saúde e medo, tiveram que tomar decisões que afetaram todos em algum grau. Nessas condições, acumularam erros e acertos que encaminharam o mundo para a atual condição de atividade econômica "normalizada". Essa classificação é pertinente à medida que ainda se está descobrindo um novo ponto de equilíbrio nas curvas de oferta e demanda e nas políticas econômicas e fiscais.

Vale lembrar o que diz Uma Teoria Econômica da Democracia, tratado publicado em 1957 pelo economista americano Anthony Downs. A abertura do livro tem a seguinte observação: "Mundo afora, governos dominam o ambiente econômico. Seus gastos determinam se a empregabilidade plena prevalece; seus **impostos** influenciam inúmeras decisões; suas **políticas** controlam o comércio internacional; e suas leis estendem a quase todo ato econômico". É comum que se trate a economia desconsiderando o fato de que ela é, em grande parte, um produto de políticas internas e externas, um resultado de relações entre países e das leis de cada

nação.

Então, como se pode analisar a **inflação**? Embora por vezes alguns enxerguem a questão mais como uma espécie de visita indesejada, na realidade ela é uma progressão natural dos preços de bens e serviços. É um fenômeno decorrente da dinâmica natural dos preços. Tome-se como exemplo uma economia estagnada, que não cresce: como não está gerando riquezas, as pessoas não recebem mais por seu trabalho, não poupam ? e, com isso, os preços não sobem. Não há, portanto, **inflação**.

Na prática, o que se vê agora em termos de alta de preços é decorrência de uma interrupção brusca na atividade econômica, e que foi sucedida por uma súbita retomada. Era inevitável um choque de preços. Afinal, não haveria maneira saudável de qualquer governo ou empresa suportar esse vaivém sem repasses à cadeia produtiva.

Assim, a demanda prévia (ou similar) se recupera, mas num momento em que não há oferta na mesma proporção, dado que fábricas tiveram as operações interrompidas por um longo período ? adicionalmente, a demanda aquecida encontrou os setores de comércio e serviços mais enxutos, já que as empresas precisaram se adaptar às condições iniciais da pandemia para preservar o caixa. Também é preciso levar em conta que, mesmo inserindo na equação os robustos programas governamentais de proteção de empresas, emprego e renda, a volta da demanda praticamente aos níveis pré-pandemia não constava dos prognósticos.

Fica claro que, pela disrupção representada pela pandemia, se configurou um descasamento entre oferta e demanda, o que explica a atual alta da **inflação** global. Não houve mudança nas curvas de oferta e demanda levando a um novo ponto de equilíbrio, mas um desequilíbrio temporário de preços. Pode-se dizer, nesse sentido, que a **inflação** deste momento tem caráter circunstancial e não estrutural.

Entendida a engrenagem teórica da **inflação**, cabe a pergunta: quanto perdura a alta de preços? A discussão poderia envolver teses econômicas, análise de políticas fiscais e até a aderência (por vezes transitória) da curva de Philips (uma equação econômica que trata da relação entre **inflação** e

desemprego). Entretanto, seriam postulações meramente acadêmicas, pouco úteis na previsão semiesotérica (a antecipação de movimentos econômicos). Considerando que, como destacado no início deste artigo, existe uma forte relação entre forças políticas e econômicas, arrisco um palpite: se os países se empenharem na tarefa de fazer a cadeia global de suprimentos retornar à normalidade de maneira acelerada ? de que forma seria uma excelente pergunta e tema para mais debates, considerando as diversas agendas e restrições físicas de produção e transporte, por exemplo ? ao final de 2022, seria possível ver os preços regredindo.

Marson Cunha - Diretor da Midtown Capital Partners e membro do conselho da Brazilian-American Chamber of Commerce of Florida (BACCF)

Dívida pública ficará acima de nível pré-Covid por ao menos dez anos

Fábio Pupo

O endividamento do governo vai se manter acima do nível pré-Covid por ao menos mais dez anos, de acordo com projeções do Tesouro Nacional.

A previsão é que a dívida líquida do setor público (a DLSP), que representou 54,6% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2019, encerre 2021 em 58,3% e continue em elevação até chegar a 68,2% em 2030.

A elevação gradativa é motivada por fatores como a perspectiva de juros mais altos e de um maior tempo de déficit nas contas públicas, o que demandará um esforço fiscal maior caso se queira reduzir o endividamento ao longo dos anos.

O Ministério da Economia trabalhava com projeções internas nos últimos meses que apontavam superávit no resultado do governo em 2023, mas a perspectiva de mais gastos (inclusive pela flexibilização no pagamento dos precatórios) vão adiar a volta dos resultados no azul.

Agora, a previsão é de superávit apenas em 2024 - completando um ciclo de 12 anos de déficit.

O ministro Paulo Guedes (Economia) entrou no governo defendendo um resultado positivo o quanto antes e chegou a pregar que poderia alcançar o objetivo ainda em 2019, o primeiro ano de governo. A tarefa não foi concluída nem antes nem depois da pandemia de Covid-19.

Agora, mais despesas estão previstas em decorrência da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios -que expande o teto de gastos.

A proposta também estabelece um limite para o pagamento com decisões judiciais contra o Estado e joga o excedente para os anos seguintes, com a possibilidade de pagamentos fora do teto.

A estratégia forma uma possível bola de neve de passivos, ao mesmo tempo em que abre espaço para novos gastos -impulsionando o endividamento.

A trajetória do endividamento é sensível ao resultado primário, às taxas de juros e ao **PIB**.

De acordo com o Tesouro, a evolução do indicador depende de fatores como "a criação de um ambiente de estabilidade macroeconômica que sustente o crescimento real do **PIB**, um balanço fiscal capaz de entregar superávits primários e condições para a redução das taxas de juros no médio prazo".

O Tesouro diz que o patamar está acima de pares e emergentes e cita que, em um cenário de piora nas condições econômicas, o esforço fiscal para a redução no grau necessário seria até mesmo inviável.

"Em um cenário de juros mais altos e de menor **PIB**, de forma estrutural, o esforço fiscal necessário para reduzir a dívida será significativo e, em algumas combinações, até mesmo inviável na magnitude necessária", afirma a pasta em relatório.

Os dados são divulgados no momento em que o mercado monitora o surgimento da variante de coronavírus ômicron, que desperta receios sobre possíveis novas ondas de Covid e a necessidade de novas rodadas de gastos públicos para conter um eventual recrudescimento da crise sanitária.

Paulo Valle, secretário do Tesouro, afirma que ainda está muito cedo para falar sobre os riscos da nova variante e que a equipe econômica depende de avaliações do Ministério da Saúde sobre a necessidade de atuar.

Ele foi questionado sobre como o governo enfrentará uma eventual nova onda e se a estratégia incluiria os chamados gastos extraordinários (fora do Orçamento tradicional e, portanto, do teto de gastos).

Em resposta, ele defendeu a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios -que foi aprovada na Câmara e agora tramita no Senado- como um instrumento para abrir espaço para mais gastos, inclusive para a Covid. Mas não descartou o uso de créditos extraordinários a depender da gravidade da pandemia.

"Quanto à nova onda da cepa da África do Sul, ainda está muito cedo e dependemos da avaliação do Ministério da Saúde, que vai nos atualizar sobre a necessidade de atuar", afirmou.

"Mas, a princípio, queria chamar atenção que estamos

atuando fortemente na aprovação da PEC, que abre um espaço bastante significativo para implementar o Auxílio Brasil", disse.

"A princípio, nossa estratégia está focada em aprovar a PEC, que vai nos dar uma margem de manobra inclusive se tiver piora nesse cenário. Por ora, não trabalhamos com nenhuma outra alternativa. Mas isso vai depender da gravidade ou não dessa segunda onda", afirmou.

Enquanto isso, o governo central (que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) registrou um superávit de R\$ 28,1 bilhões em outubro, o terceiro maior da história para o mês (considerando dados atualizados pela inflação).

O resultado representa uma reversão do déficit de R\$ 3,4 bilhões registrado um ano antes.

O resultado de outubro veio acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, do Ministério da Economia, que indicava um superávit de R\$ 10,1 bilhões para o mês.

De acordo com o Tesouro, o resultado foi influenciado tanto pela evolução da arrecadação como pelo melhor direcionamento dos gastos ligados à crise da Covid-19.

No ano passado, o país enfrentava o primeiro ano da pandemia e o governo executava medidas com impacto fiscal mais forte -como o auxílio emergencial maior.

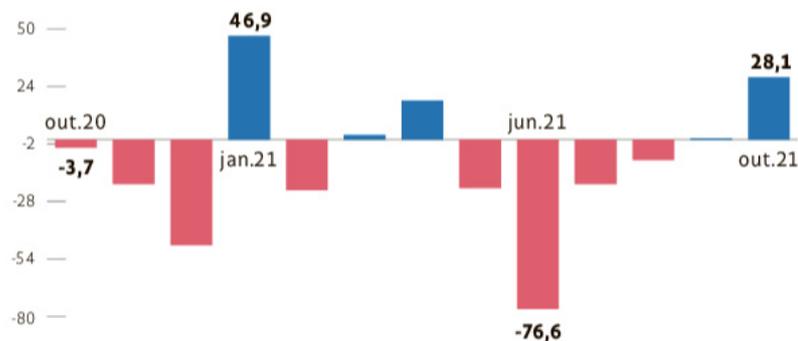
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11047514>

Superávit do governo em outubro é o terceiro maior para o mês

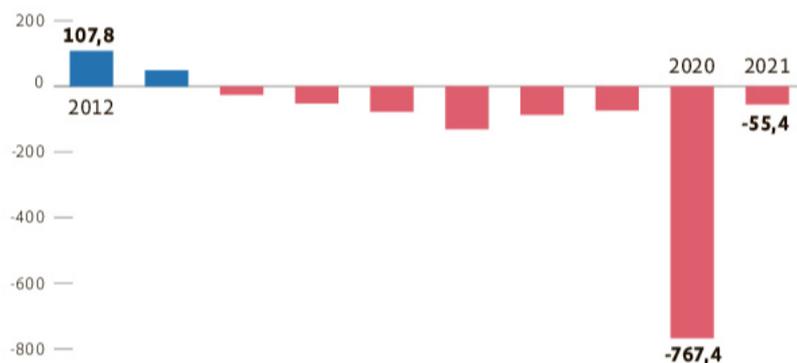
Resultado mensal do governo central

Em R\$ bi*



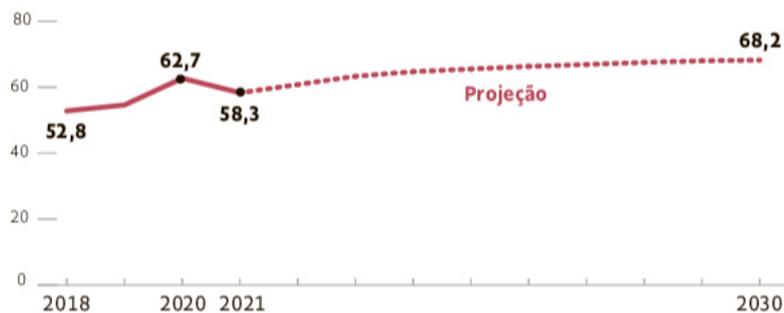
Resultado no acumulado de janeiro a outubro de cada ano

Em R\$ bi*



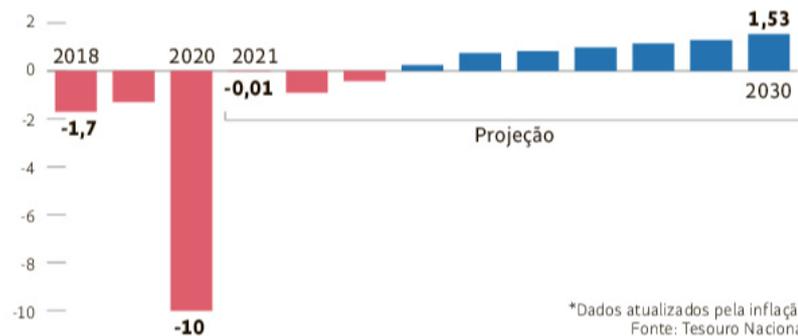
Dívida líquida do setor público

Em % do PIB



Resultado do governo central

Em % do PIB



*Dados atualizados pela inflação
 Fonte: Tesouro Nacional

Alemanha tem planos verdes para o governo



Katrin Bennhold e Melissa Eddy

Em meio à campanha eleitoral da Alemanha, quase 200 pessoas morreram em enchentes extremas no país. Quatro meses mais tarde, o combate às mudanças climáticas tornou-se o tema central do novo governo pós-Merkel.

A maioria dos telhados será equipada com painéis solares. Serão construídas mais de mil turbinas de vento, quase dobrando a participação das fontes renováveis na geração de energia no país até 2030. No mesmo ano, a última mina de carvão será fechada, adiantando a previsão inicial em oito anos. Além disso, 15 milhões de carros elétricos vão circular pelas famosas autobahns alemãs.

Essas são as ambições do próximo chanceler designado, Olaf Scholz, que descreve as medidas como "a maior modernização industrial da Alemanha em mais de cem anos". Tudo isso faz parte do plano de governo que ele e seus parceiros de coalizão anunciaram na quarta (24).

Quem vai pagar por tudo isso é outra questão. O tema foi debatido acaloradamente pelos partidos que se uniram aos social-democratas de Scholz, os progressistas Verdes e o FDP, pró-empresas.

Em sua campanha, os Verdes prometeram gastar 50 bilhões de euros anualmente, durante dez anos, para financiar investimentos da transição para a energia renovável -e pagar por isso abrindo mão da regra rígida de orçamento equilibrado.

O FDP concordou em integrar o governo apenas sob a condição de que não haverá aumento de **impostos** e

que será respeitada a lei de orçamento equilibrado, o chamado freio à dívida consagrado na Constituição alemã.

Não foi por coincidência que a maior batalha nas seis semanas de discussões, necessárias para a formação da coalizão, foi quem controlaria o Ministério das Finanças e, com ele, os gastos nacionais. Robert Habeck, colíder dos Verdes, e Christian Lindner, líder do FDP, ambicionavam o cargo. Lindner acabou vencendo, e Habeck vai comandar um novo superministério da Economia e do Clima.

"Com relação às finanças, não é segredo para ninguém que os membros da coalizão têm posições muito díspares", Habeck disse ao jornal *Süddeutsche Zeitung* na quinta (25). "Falamos longamente sobre **impostos**, cortar subsídios e regulamentação do mercado. Se você me perguntar onde eu gostaria de ver mais sendo feito, é nesta área." Para os especialistas em mudança climática, uma das maiores questões é se o compromisso de colocar a Alemanha, maior economia da Europa, no caminho para a neutralidade de carbono até 2045 ainda é algo defendido principalmente pelos Verdes ou se hoje já é um projeto compartilhado por todos os membros da nova administração.

"As conquistas da coalizão vão corresponder às suas ambições, ou os partidos vão reverter a seus pontos ideológicos?" questionou Lutz Weischer, que chefia o escritório em Berlim da entidade de vigilância ambiental Germanwatch.

Há alguns sinais animadores, segundo ele. Ao converter a transição verde em um projeto nacional de competitividade industrial e justiça social, cada um dos três partidos conseguiu que sua base aderisse à proposta.

O novo governo inseriu no texto de 177 páginas sua carta com o compromisso de instituir medidas que limitarão o aquecimento global a 1,5°C até o final do século, conforme o estipulado no acordo climático de Paris. O documento contém 198 menções ao "clima" em todas as áreas de política pública, desde a cultura até a política externa.

"A crise climática coloca nossa subsistência em risco e ameaça a liberdade, prosperidade e segurança", afirma o preâmbulo do tratado da coalizão. "Alcançar as metas climáticas de Paris é nossa prioridade máxima. Queremos reinventar nossa economia de

mercado social como uma economia de mercado social-ecológica." Lindner descreveu o tratado orgulhosamente como "o mais ambicioso programa de proteção climática de qualquer nação industrializada".

Consagrado na Constituição em 2009, o freio da dívida alemão limita o endividamento anual a 0,35% do **PIB** nominal, o que equivale a aproximadamente 12 bilhões de euros por ano -valor distante dos 50 bilhões de euros que os Verdes consideram ser necessário.

Mas há sinais de que o novo governo encontrou algumas soluções indiretas para contrair os empréstimos necessários. Uma delas consiste em explorar a suspensão temporária do freio da dívida durante a pandemia. No ano passado, como ministro das Finanças, Scholz suspendeu o limite aos gastos, que é permitido em uma emergência nacional. O tratado da coalizão prevê que o limite só será reinstaurado no final de 2022.

Isso dará ao novo governo tempo de contrair empréstimos e colocar o dinheiro num fundo que continuará a operar mesmo depois do limite à contração de empréstimos voltar a vigorar.

Outra forma de arrecadar dinheiro é fortalecer o banco estatal de desenvolvimento, conhecido como KfW, que pode contrair empréstimos que o governo poderá reservar para projetos de infraestrutura e outros investimentos, sem que isso apareça no orçamento federal.

Segundo economistas, também existem maneiras de manipular a fórmula pela qual o freio da dívida é calculado, elevando o limite de gastos dessa maneira.

Poucos preveem que essa "contabilidade criativa" será o bastante para arrecadar os 50 bilhões de euros por ano pelos quais os Verdes fizeram lobby, mas o engajamento em conseguir um aumento importante nos investimentos públicos foi aplaudido.

"Acho que este acordo assinala uma mudança", disse Clemens Fuest, presidente do instituto econômico Ifo. "Muitos investimentos em transformação estão sendo promovidos mais intensivamente agora." Organizações ambientais e ativistas climáticos estão céticos. "Este acordo de coalizão não é o bastante por si só para garantir o limite de 1,5°C" disse em **comunicado** o movimento jovem Fridays for Future. Segundo o Greenpeace, o programa "apenas sugere um avanço ecológico radical".

Habeck reconheceu as dificuldades pela frente. "Nenhum outro país da Europa está fazendo o que nós estamos", ele disse. "Nossos vizinhos ou continuam com o carvão, como a Polônia, ou apostam na energia

nuclear, como a França, ou então fazem um pouco de cada coisa e um pouco de energia renovável. Nós estamos deixando as duas tecnologias velhas para trás." "Haverá decisões que serão difíceis", concluiu. "Tenho consciência disso."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11047514>

Carta ao próximo presidente - LEO AVERSA

LEO AVERSA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aos 80, Vale define plano de negócios e metas sociais

Francisco Góes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Inflação no limite em 2022



O mercado financeiro já projeta a **inflação** no teto da meta do governo em 2022. De acordo com a mediana das previsões dos economistas ouvidos semanalmente pelo Banco Central (BC) no relatório Focus, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá subir 5% no próximo ano. A meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é 3,5% ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para cima ou para baixo, ou seja, o piso é de 2% e o teto de 5%.

Na semana passada, a projeção do mercado era de 4,6%. Foi a 19ª vez seguida que a previsão aumentou. Para 2021, a projeção aumentou pela 34ª semana seguida e foi a 10,15%, bem acima do objetivo central de 3,75% e do teto de 5,25%. Como a **inflação** deste ano já está acumulada em 8,25%, e não há mais possibilidade de o indicador convergir para a meta, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, deverá apresentar carta pública ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar as razões do descumprimento do objetivo, e o que fará para evitar que o mesmo aconteça no próximo ano.

A alta constante da **inflação** vem seguida de expectativas de baixo crescimento para o país. Segundo o Focus, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve crescer 4,78% este ano e apenas 0,58% no próximo. Para o economista Felipe Queiroz, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as projeções negativas demonstram que o governo perdeu o controle sobre a economia. "O governo vive em uma crise contínua, causada por declarações de seus próprios representantes. Isso faz com que as projeções e as expectativas dos agentes econômicos em relação ao câmbio, principalmente, se deteriore, gerando uma fuga de capital." Na cotação atual, o dólar americano já custa R\$ 5,60. Isso faz com que os

produtores elevem o preço de suas mercadorias, piorando o cenário de **inflação**. "Com a taxa de câmbio desvalorizada, o produtor tem um incentivo muito maior a direcionar sua produção ao mercado externo. Logo ele ajusta o preço do sapato, por exemplo, no mercado local, ao preço do mercado externo", afirma Queiroz.

Para conter a **inflação**, o BC aumenta a taxa de juros. O economista julga a medida como equivocada. Segundo ele, esse é um instrumento usado para a chamada "**inflação** de demanda", que não seria o caso atual: "Temos 14 milhões de desempregados, índice de miséria e fome aumentando. Não temos demanda aquecida, temos demanda reprimida com falta de emprego. Quando o BC adota essa medida, afeta ainda mais a capacidade de recuperação da economia do país", disse.

Carlos Alberto Ramos, economista da Universidade de Brasília, afirma que o aumento da **inflação** é um fenômeno mundial: "Mesmo em países europeus, temos a maior taxa de **inflação** em quase 30 anos. O problema é deixar que a **inflação** se torne um problema estrutural, de longo prazo". Segundo Ramos, a situação se agrava no Brasil, devido ao real desvalorizado.

*Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

Inadimplência bate recorde

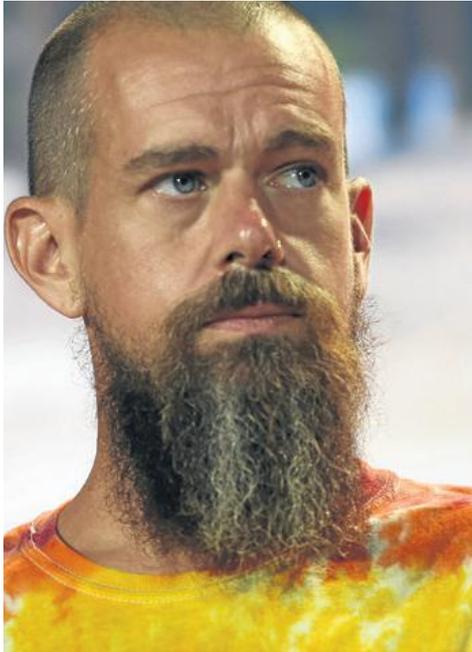
Com **inflação** e taxa de juros crescendo, o percentual de famílias brasileiras com dívidas ou contas em atraso foi de cerca de 26,1% em novembro, de acordo com dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). É a maior proporção de inadimplência registrada em meses de novembro, desde o início da série histórica, em janeiro de 2010.

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) também mostra aumento no percentual de famílias endividadas, que alcançou 75,6% dos lares no país ? um ponto percentual a mais do que em outubro e 9,6 pontos acima do visto em novembro de 2020. O número de endividados no país está há 11 meses em alta.

Além disso, a Peic também mostra que 10,1% dos brasileiros não terão condições de pagar suas dívidas ou contas. O percentual é o mesmo de outubro, mas abaixo dos 11,5% de novembro do ano passado.

A economista da confederação, Isis Ferreira, revela os motivos dessa elevação das dívidas dos brasileiros. "O dinheiro está acabando antes do mês acabar, e as famílias estão apelando para o cartão de crédito". Ela explica que o cartão é a modalidade mais cara para o consumidor. A taxa de juros rotativo do cartão de crédito para pessoas físicas bateu em 343,6% ao ano em outubro. Este é o maior patamar registrado desde setembro de 2017.(BL)

Turismo começa a sofrer com nova variante - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Um empresário paulista do ramo de turismo está preocupado com a variante ômicron do novo coronavírus. "O setor não tem como suportar novas restrições de circulação", diz. "Minha agência perdeu 80% do faturamento no auge da pandemia. Agora estava retomando as vendas, e surge essa história. Assim vai ser impossível sobreviver." Ele fez o desabafo ao descobrir que o Japão fechou as fronteiras para visitantes do exterior. Quem tinha viagem programada terá de negociar novas datas com as operadoras, e isso nem sempre é fácil. No segmento aéreo, o cenário é de tensão. "Os governos estão respondendo aos riscos de uma nova variante do coronavírus em modo de emergência, causando medo entre os viajantes", criticou Willie Walsh, diretor-geral da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA). O mundo já viu esse filme antes, e ele não terminou bem. Espera-se, porém, que a ômicron seja rapidamente derrotada pela ciência.

Ômicron não ameaça a economia global

Há mais dúvidas do que certezas sobre a gravidade da variante ômicron, mas é certo que ela não provocará os estragos que o início da pandemia trouxe para a economia global. O mundo aprendeu nos últimos dois anos a lidar com as restrições impostas pelo coronavírus, e é provável que os programas de

vacinação já consolidados funcionem como uma barreira contra a disseminação da doença. A exceção deverá ser o setor de turismo e viagens, que não tem como se proteger contra o fechamento das fronteiras.

Lendas corporativas também perdem o emprego

Ninguém está imune às pressões por desempenho. Jack Dorsey, um dos fundadores do Twitter, foi obrigado a deixar a empresa sob a acusação de não dar a atenção a ela. Dorsey dividia o tempo entre as atribuições no Twitter e na empresa de pagamentos digitais Square. Afastamentos de executivos renomados são mais comuns do que se imagina. O próprio Dorsey foi demitido em 2008, mas voltou em grande estilo depois. Steve Jobs, o gênio da Apple, foi dispensado da empresa por atritos com diretores.

Inovação está distante da realidade das empresas

A inovação virou tema obrigatório no mundo corporativo, mas não está tão presente na rotina das empresas. Segundo estudo feito pelo Instituto FSB Pesquisa, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), só 51% das indústrias nacionais têm um setor específico para isso. Os dados também revelaram que 63% sequer têm orçamento reservado para inovação e 65% não dispõem de profissionais exclusivamente dedicados a inovar. Isso explica por que o Brasil faz feio em rankings internacionais.

RAPIDINHAS

A empresa de planos de saúde Qualicorp e a Orthopríde, maior rede de clínicas dentárias do Brasil, assinaram uma parceria inspirada no conceito store-in-store.

Pelo acordo, a Qualicorp instalará nas lojas Orthopríde quiosques para vender seus produtos. O projeto será iniciado em Belo Horizonte e no Grande Rio de Janeiro.

O grupo espanhol Acciona entrou no mercado brasileiro de energia renovável com a compra de um projeto eólico na Bahia que pertencia à Casa dos Ventos. São dois parques que, juntos, deverão receber investimentos de, aproximadamente, R\$ 5 bilhões. Com atuação de duas décadas no Brasil, a Acciona quer aumentar os aportes em infraestrutura.

A desaceleração econômica derrubou o Índice de Confiança do Comércio medido pela Fundação Getulio Vargas. O indicador caiu 6,2 pontos em novembro. Em médias móveis trimestrais, recuou 4,3 pontos - foi a terceira queda consecutiva. Segundo a FGV, os consumidores brasileiros estão preocupados com a alta da **inflação**.

A nova era digital impulsiona o mercado de smartphones no Brasil. De acordo com dados da Anatel, o número de celulares habilitados no país cresceu 11% de junho de 2020 até setembro de 2021. São 249,4 milhões de chips em operação.

É mais do que toda a população brasileira, além de representar o maior volume desde 2016.

Auxílio Brasil ampliado pela Câmara custa mais R\$ 10 bilhões para governo

Fábio Pupo e Thiago Resende

O programa social Auxílio Brasil, cuja proposta foi criada pelo governo e modificada pela Câmara dos Deputados, eleva para 20 milhões o número de famílias com direito aos recursos e deve pressionar ainda mais o Orçamento de 2022.

A previsão faz parte de estimativas preliminares da Consultoria de Orçamento da Casa repassadas ao relator do projeto, deputado Marcelo Aro (PP-MG).

A elevação coloca em xeque a intenção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de conceder um valor mínimo de R\$ 400 a cada lar, já que o teto de gastos em 2022 já estava praticamente no limite mesmo considerando a expansão via PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios.

Os números requisitados pelo presidente combinados com o novo público elevariam a demanda de recursos para o Auxílio Brasil em 2022 em cerca de R\$ 10 bilhões além do previsto -para R\$ 96 bilhões no total.

O aumento do público ocorreu porque a Câmara elevou a linha de pobreza, usada para definir quem tem direito aos recursos.

No modelo proposto pelo governo, teria direito toda família com renda per capita mensal de até R\$ 200. Os deputados elevaram o teto para R\$ 210.

De acordo com os números citados pelo relator, a diferença coloca para dentro do programa 3 milhões de famílias a mais do que os cerca de 17 milhões estimados anteriormente pelo ministro João Roma (Cidadania), ultrapassando os custos considerados até então caso realmente se queira seguir o plano de Bolsonaro para pagar um mínimo de R\$ 400 por família.

À Folha Aro ressaltou que seu texto não prevê o valor de R\$ 400 projetado pelo governo e evita comentar a proposta de Bolsonaro para chegar a esse montante, dizendo que essa engenharia caberá ao governo.

Até agora, governo e aliados trabalhavam com uma verba de R\$ 85,8 bilhões para o Auxílio Brasil.

"Na minha medida provisória não falamos dos R\$ 400.

Se o governo quer chegar [a esse montante], ele tem de responder como vai fazer", afirmou Aro.

Técnicos da equipe de Roma ainda finalizam os cálculos sobre o efeito das mudanças aprovadas na Câmara, que ampliou o critério de acesso ao programa e também incluiu um dispositivo para que não haja fila de espera no Auxílio Brasil.

Com a proposta de impedir a fila, toda família que tiver os critérios analisados pelo governo e for aprovada para o programa terá de passar a receber a transferência de renda.

Hoje, a fila de espera do programa funciona como mecanismo para controlar o gasto com a assistência social. O sistema inclui a família na lista de transferência de renda quando há recursos disponíveis para os pagamentos até o fim do ano.

Por lei, atualmente, o governo não é obrigado a atender todas as famílias que estão dentro da faixa de pobreza e extrema pobreza.

A fila, que atualmente está em torno de 1,2 milhão de cadastros, se forma porque a verba do Bolsa Família (antecessor do Auxílio Brasil) tem ficado menor do que o necessário para atender a todos que tiveram o cadastro analisado pelo governo.

A verba do Auxílio Brasil para 2022 considera que 17 milhões de famílias serão atendidas. A cobertura hoje é de 14,7 milhões.

O Ministério da Economia ainda aguardava nesta segunda-feira (29) os dados oficiais sobre a quantidade de beneficiados para analisar o impacto do novo texto e como acomodar os números.

O cálculo depende das contas do Ministério da Cidadania, que, ao ser procurado, ainda não tinha um número oficial.

Membros do governo ouvidos pela Folha reconhecem que será uma tarefa difícil atender os R\$ 400 solicitados por Bolsonaro e afirmam que poderá haver um ajuste tanto na regra de entrada do programa como no próprio valor a ser pago aos beneficiários.

A versão aprovada na Câmara também flexibiliza as

regras para calcular essa renda per capita. Não entram no cálculo, por exemplo, rendas eventuais ou sazonais.

047514

A MP ainda será votada no Senado. Por ser uma medida provisória, a proposta já entrou em vigor, mas precisa do aval do Congresso até 7 de dezembro para não perder a validade.

Além de aprovar a MP que cria o Auxílio Brasil dentro do prazo, o governo precisa do aval do Congresso para ampliar a margem de gastos no Orçamento e, com isso, cumprir a promessa de Bolsonaro para elevar o benefício médio do programa do patamar atual de R\$ 220 por mês para um valor que seja, no mínimo, de R\$ 400.

A ampliação da margem de gastos se dará pela PEC dos Precatórios, que está em análise no Senado. Com essa PEC, será possível expandir o orçamento do programa para mais de R\$ 85 bilhões no próximo ano, quando Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

Por causa da demora na votação da PEC, o governo deve concluir uma folha de pagamentos nesta semana com a lista dos atuais beneficiários do programa (14,7 milhões de famílias).

A folha de pagamentos então será atualizada em meados de dezembro para incluir os novos beneficiários e elevar o valor a ser transferido para as famílias no mês, alcançando o patamar mínimo de R\$ 400, como quer o Planalto.

A PEC dos Precatórios libera um aumento de R\$ 106,1 bilhões nos gastos do governo federal em 2022, de acordo com o Ministério da Economia.

Mesmo assim, os recursos não são suficientes para bancar as promessas de Bolsonaro porque quase metade dos recursos será consumida pelo reajuste de despesas obrigatórias pela inflação.

Pelas contas do governo, sobraria apenas R\$ 1,1 bilhão considerando um Auxílio Brasil elevado em R\$ 51,1 bilhões em 2022 (como a proposta orçamentária para o ano que vem já contém R\$ 34,7 bilhões para o programa, a previsão até agora era de um custo total de R\$ 85,8 bilhões para o programa).

A votação da MP que cria o substituto do Bolsa Família foi adiada na Câmara por duas vezes na semana passada, pois o governo teve que articular mudanças no relatório.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11>

Principais diferenças entre o Bolsa Família e o Auxílio Brasil

Valor médio do benefício

Em R\$

Bolsa Família, até outubro



Auxílio Brasil, em novembro



Auxílio Brasil, a partir de dezembro*



Número de famílias atendidas

Em mi



Orçamentos

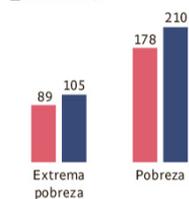
Em R\$ bi



Critério de acesso

Linha de extrema pobreza e pobreza, em R\$, por membro da família

■ Bolsa Família
■ Auxílio Brasil**



Benefícios

(usados para cálculo do valor a ser transferido à família)

Bolsa Família

●●●● Havia quatro tipos

- Benefício básico
- Benefícios variáveis
- Benefício variável vinculado ao adolescente
- Benefício para superação da extrema pobreza

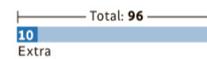
Auxílio Brasil

●●●●●●●●● Há nove tipos

- Benefício primeira infância
- Benefício composição familiar
- Benefício de superação da extrema pobreza
- Auxílio esporte escolar
- Bolsa de iniciação científica júnior
- Auxílio criança cidadã
- Auxílio inclusão produtiva rural
- Auxílio inclusão produtiva urbana
- Benefício compensatório de transição

Custo extra com texto aprovado na Câmara

Custo, em R\$ bi



20 mi

Total de famílias atendidas

*Plano do governo a partir de dezembro e depende da aprovação da PEC dos Precatórios

**Patamares aprovados pela Câmara e dependem de votação da MP no Senado Fortes: Ministério da Cidadania; Deputado Marcelo Aro (PP-MG), com dados da Consultoria da Câmara

Economia global deve driblar ômicron, afirmam analistas

Chris Giles

Os economistas de modo geral esperam que a economia mundial supere com relativa facilidade qualquer nova onda de infecções por coronavírus causadas pela variante ômicron, mesmo que a versão mais recente do vírus tenha nublado o panorama econômico com incertezas.

Uma razão central para sua avaliação inicial relativamente otimista é a capacidade cada vez maior das economias de se adaptarem às restrições anteriores impostas pela Covid-19, juntamente com os programas de vacinação.

Qualquer nova onda do vírus, portanto, dificilmente conteria o aumento da **inflação**, disseram os economistas, mas levantaria dúvidas entre os banqueiros centrais sobre a decisão de restringir a política monetária o quanto antes.

Dentre a grande variedade de analistas que publicaram notas e previsões na manhã de segunda-feira (29) -fossem de bancos de investimento ou consultorias-, todos enfatizaram a incerteza gerada pela capacidade da variante ômicron de escapar das vacinas existentes, causar doenças graves e se espalhar mais rapidamente do que a variante delta.

Ao mesmo tempo, porém, poucos pensaram que houvesse necessidade de rasgar suas projeções econômicas atuais.

Paul Donovan, economista-chefe do UBS Global Wealth Management, disse que viagens e turismo podem ser duramente atingidos em alguns lugares, mas essa geralmente é uma pequena parte da atividade econômica total. É "improvável que [a variante ômicron] mudasse a narrativa econômica mais ampla nesta fase", acrescentou ele.

Holger Schmieding, economista-chefe do Banco Berenberg, disse: "De onda em onda, o dano econômico diminuiu".

Ele indicou o contraste entre a primeira e a segunda ondas europeias de Covid-19. Enquanto a primeira eliminou 15% da atividade econômica na zona do euro no segundo trimestre de 2020, a adaptação geral para viver com o vírus levou a uma queda de apenas 0,7%

no **PIB** (Produto Interno Bruto) na segunda onda mais severa, no início de 2021.

Além disso, mesmo que a variante ômicron tenha maior resistência às vacinas atuais, a visão que prevalece é que a inoculação contra ela ajudará a reduzir o impacto econômico.

Daniele Antonucci, economista-chefe do Quintet Private Bank, disse: "O mundo desenvolvido agora pode contar com altas taxas de vacinação, aumentou sua capacidade de desenvolver e produzir vacinas e mostrou que pode ajustar os padrões de trabalho com bastante flexibilidade e se adaptar de maneira mais geral".

A maioria dos economistas acredita que qualquer desaceleração na atividade econômica também dificilmente conterá o recente aumento da **inflação**, especialmente em bens onde a demanda superou a oferta global, que foi dilacerada por interrupções.

Neil Shearing, economista-chefe da Capital Economics, disse: "Um aumento relacionado ao vírus nos gastos com bens, ou fechamentos de portos, exacerbaria as tensões de oferta existentes e adicionaria pressão ascendente à **inflação** dos bens".

"Não está claro se [a variante ômicron] é desinflacionária", disse Jordan Rochester, estrategista de câmbio da Nomura em Londres.

Embora reconhecendo que há uma enorme incerteza, os economistas do Goldman Sachs produziram quatro cenários possíveis para qualquer onda ômicron que se aproxime, incluindo um que é um alarme falso e a nova variante não se mostra mais contagiosa do que a Delta.

Seu principal cenário negativo sugeria que haveria apenas um pequeno impacto econômico do vírus em 2022, porque o impacto de cada bloqueio subsequente no passado havia sido mais fraco. Essas restrições reduziriam o crescimento global significativamente no primeiro trimestre, até que chegassem novas vacinas, trazendo uma recuperação robusta.

Ao longo do ano como um todo, Daan Struyven, economista global sênior da Goldman Sachs, disse que o crescimento global cairia de 4,6% em 2022 para

4,2%. No entanto, haveria um aumento correspondente no crescimento de 2023 à medida que a recuperação se firmasse novamente.

Em seu cenário mais severo, a gravidade da doença e a imunidade contra hospitalizações foram substancialmente piores do que para a variante delta. Mas, acrescentou Struyven, há também um cenário positivo em que a gravidade da infecção é menor e a economia global pode "se normalizar".

A incerteza deve encorajar os bancos centrais, particularmente o Federal Reserve e o Banco da Inglaterra, a parar e esperar um pouco mais antes de decidir se apertarão a política monetária, seja reduzindo a desaceleração das compras de ativos nos EUA ou atrasando o aumento das taxas de juros no Reino Unido.

Em uma nota na sexta-feira, os economistas europeus do Citi escreveram que a nova incerteza seria "um grande alerta" para os bancos centrais e que "o caminho da recuperação talvez não seja tão simples quanto se pensava originalmente".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49745&anchor=6446278&pd=c472cd145b4d36de866d67ac11047514>

PEC dos Precatórios deve passar por comissão, mas faltam votos no plenário

DANIEL WETERMAN

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios deve ser votada pelo plenário do Senado na quinta-feira, conforme o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a votação está marcada para hoje, e a tendência é de avançar, mas o governo ainda busca assegurar os 49 votos necessários para aprovar a proposta no plenário, onde há mais resistência.

A PEC abre um espaço de R\$ 106,1 bilhões no teto de gastos em 2022, ano de eleições presidenciais.

O governo insiste na manutenção de duas propostas centrais criticadas por parlamentares e especialistas: a mudança na regra de cálculo do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, e a limitação do pagamento de precatórios - dívidas que o governo é obrigado a pagar depois de condenações judiciais - a partir do próximo ano.

A votação na quinta representa um adiamento em relação à expectativa inicial do Executivo, que era de liquidar a votação no Senado hoje. "Aprovando na Comissão de Constituição e Justiça, eu levarei imediatamente na pauta do Senado Federal, acredito que quinta-feira, após as sabatinas que nós temos", disse Pacheco, durante um evento com empresários em Curitiba.

CLIMA. Articuladores do Palácio do Planalto avaliam que há um clima favorável para aprovar a PEC na CCJ hoje. São necessários 14 votos favoráveis para aprovar a medida na comissão.

O governo calcula ter entre 16 e 17 votos assegurados.

Para conseguir apoio, Bezerra deve ceder e vincular todo o espaço que será aberto no Orçamento caso a PEC seja aprovada para o Auxílio Brasil e despesas obrigatórias. Da forma como o texto foi aprovado na Câmara, o governo poderia usar uma parte da folga com outras despesas, incluindo emendas parlamentares, o que foi criticado por permitir "farra fiscal" em ano eleitoral.

DEFESA. O presidente do Senado defendeu os pontos centrais da proposta apresentados pelo governo. "A equação não é simples. Quando eu vejo a IFI, a Instituição Fiscal Independente, que é do Senado Federal, fazer as críticas, eu respeito todas elas, mas também não apresenta solução", disse o senador.

Mudanças no Senado

Auxílio Brasil O programa de transferência de renda teria um caráter permanente.

Os limites e condições serão dados por lei até 31 de dezembro de 2022. O programa não precisará apresentar fonte de financiamento exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) | Destinação de Recursos O espaço fiscal aberto com a PEC seria destinado para o Auxílio Brasil; despesas com saúde, previdência e assistência social; e o cumprimento de limites do teto, possibilitando a prorrogação da desoneração da folha salarial | Precatórios do Fundef O pagamento de precatórios do antigo Fundef a Estados e municípios teria prioridade, estabelecendo que 40% deve ser pago até 30 de abril e outros 30%, até 31 de agosto de cada ano, garantindo a maioria dos repasses antes das eleições

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em 2022, a alta de preços deve emendar 2º ano acima da meta do BC, prevê mercado

A maioria das projeções de economistas do mercado financeiro para o IPCA, o índice oficial de **inflação**, em 2022 já se encontra no teto da meta a ser perseguida pelo Banco Central (BC), de 5%, sinalizando alto risco de descumprimento do objetivo pelo segundo ano consecutivo. A previsão colhida pelo BC para o boletim Focus subiu de 4,96% para 5%, o 19.º aumento consecutivo. Há um mês, a previsão para o ano que vem era de 4,55%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Meteoros em série

GERALDA DOCA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Focus: mercado já projeta inflação de 5% em 2022, o teto da meta

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF libera concurso em cidades e Estados em recuperação fiscal

Luísa Martins De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Orgão vê dívida em 2030 em ritmo similar ao pré-pandemia

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Para prosperar, Brasil deve investir na educação básica (Artigo)

Por Anna Helena Altenfelder e Maria Alice Setúbal

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Crise cria legiões de "novos pobres" no país

Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187077?page=1§ion=1

Barreiras anti-ômicon

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>